

LISTÃO DE MACROECONOMIA

Bloco II – Teoria Macroeconômica

Seção IV – Modelos de Crescimento Econômico

111 (ABIN 2018, Oficial Técnico de Inteligência, cargo 1, área 2) Os modelos de crescimento econômico com capital humano podem orientar a atuação política em duas frentes: a formação de capital físico e a acumulação de capital humano. Com o intuito de atingir um crescimento sustentado, a coordenação dessas ações deve assegurar que a taxa de crescimento da força de trabalho acrescida da melhoria da produtividade oriunda do treinamento da população seja superior à taxa de crescimento do estoque de capital.

As teorias de crescimento econômico endógenas reconhecem a importância do capital humano – habilidades, conhecimentos, educação – na melhora da renda e da qualidade de vida. Elas concluem que o investimento em capital humano melhora a produtividade do trabalho e que tal investimento é **tão importante quanto** o investimento em capital físico. A operacionalização do capital físico deve ser feita a partir de investimentos em capital humano.

Determinado percentual aplicado na expansão do estoque de conhecimentos **gera um aumento mais do que proporcional no nível do PIB**, pelas interdependências entre os produtores. Dessa forma, os fatores externos dos investimentos em ciência e tecnologia **produzem retornos crescentes de escala**, implicando crescimento econômico superior ao crescimento demográfico e à variação tecnológica inicial.



O capital humano, o capital físico e a força de trabalho estão intimamente associados ao conhecimento técnico que se difunde entre os agentes produtivos, produzindo **externalidades positivas** que são captadas pelas empresas.

Para aumentar o PIB per capita, a sociedade precisa investir na saúde, educação geral e treinamento específico dos trabalhadores, bem como na produção de novos conhecimentos técnicos, além de capital físico. Os novos conhecimentos produzem externalidades positivas, que são apropriadas pelos agentes produtivos, elevando o nível da produção agregada. Assim, o crescimento do capital humano deve seguir o crescimento do capital físico, sendo complementares (as recomendações não falam em proporções distintas, como o item deixou transparecer). **Item errado.**

Seção VI – Nova Economia Institucional (NEI)

124 – Conforme o Teorema de Coase, a distribuição inicial de direitos influencia na capacidade do mercado em atingir um resultado socialmente eficiente.

Mesmo que um agente tenha o direito legal de determinada coisa ou ação e o outro agente também tenha seu direito, o mercado ainda pode resolver o problema das externalidades através na **negociação entre as partes**. Por exemplo, se uma pessoa faz uma festa no horário permitido por lei (antes das 22h), com som alto e o vizinho está se recuperando de um acidente, sofrendo com fortes enxaquecas, ambos terão direitos: o vizinho pode, segundo a lei, manter o som alto e o outro pode, segundo a lei (suponhamos) recuperar-se em um ambiente minimamente silencioso. O pai do vizinho doente pode, evitando maiores transtornos, conversar amigavelmente com o festeiro e solicitar-lhe que abaixe o som. Ou, pode sugerir pagar uma quantia para que este o faça ou para que desloque a festa para outro endereço. Se o benefício exceder o custo, ambos podem chegar a um acordo.

O **teorema de Coase** diz que atores econômicos privados podem resolver o problema das externalidades entre si.

Qualquer que seja a distribuição de direitos, as partes interessadas podem **sempre chegar a um acordo** em que cada uma das partes fique em **melhor situação** e **o resultado seja eficiente**.

Assim, conforme o **Teorema de Coase**, a **distribuição inicial de direitos** não influencia na capacidade do mercado em atingir um resultado socialmente eficiente. Qualquer que seja esta distribuição, eles podem chegar a um acordo. **Item errado.**

125 – O Teorema de Coase diz que atores econômicos privados podem resolver o problema das externalidades entre si. Qualquer que seja a distribuição de direitos, as partes interessadas podem sempre chegar a um acordo em que cada uma delas fique em melhor situação e o resultado seja eficiente.

A explicação do item anterior já dá conta de assinalar este item como **certo**. Acrescentamos outra definição do teorema:

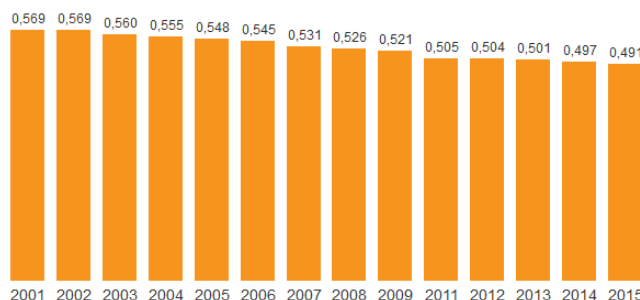
Se os agentes afetados por externalidades puderem negociar **sem custos de transação**, **a partir de direitos de propriedade bem definidos pelo Estado**, poderão negociar e chegar a um acordo em que as estas serão internalizadas.

Embora os vizinhos do item anterior possam chegar a um resultado eficiente qualquer que seja a maneira pela qual os direitos iniciais se distribuem, tal distribuição de direitos **não é irrelevante**, pois é ela que determina quem paga quem na negociação final. De todo modo, as partes podem negociar. Quando o benefício exceder o custo, o acordo acontece.

142 (Cespe, TCPA 2016, ACE) O aumento do número de vagas formais no mercado de trabalho e o aumento do salário mínimo tiveram como consequências, de 2001 a 2009, aumento da concentração da renda e elevação do índice de Gini.

A redação do item não exige nenhum conhecimento formal sobre o tema! Evidentemente que se houve aumento de vagas e de salários, o que se espera, *ceteris paribus*, é uma melhora na distribuição de renda. **Item errado.** Os dados comprovam:

Índice de Gini - Brasil



143 (Cespe, TCPA 2016, ACE) O Programa Bolsa Família, criado em 2004 para unificar outros programas federais de transferência de renda, contribuiu para o aumento da desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres na primeira década do século XXI.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Atualmente, o programa atende mais de 13,9 milhões de famílias, segundo dados atualizados da Caixa Econômica Federal.



A instituição do Bolsa Família decorreu da necessidade de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil, conforme diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi elaborado visando minimizar: 1) a ocorrência de sobreposições de programas, definindo objetivos e público alvo; 2) desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; 3) falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, 4) alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados.

O Programa contribuiu para a melhoria da distribuição de renda no país, tendo recebido reconhecimento internacional. **Item errado.**

Para julgar (C ou E) os itens 144 e 145, considere os indicadores de desenvolvimento econômico e social, perfil demográfico e desigualdades pessoais e espaciais de renda e de riqueza brasileira.

144 (Cespe, TCPA, ACE 2016) O índice de Gini, um dos principais indicadores socioeconômicos, varia de 0 a 1; quanto mais se aproxima de 1, menor a desigualdade de renda.



O **Índice de Gini** é uma medida do grau de concentração de renda em determinado grupo, mostrando a diferença entre os mais pobres e os mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo que o valor zero indica uma situação de plena igualdade, quando todos tem a mesma renda. Já o valor 1 indica o grau máximo de concentração, ou seja, quando uma única pessoa detém toda a riqueza.

Assim, quanto o índice se aproxima de 1, maior a desigualdade. **Item errado.**

145 (Cespe, TCPA, ACE 2016) A redução da pobreza pode ser explicada em razão da elevação das rendas provenientes do trabalho e das transferências governamentais.

Este item é curto e certo. Muito se tem dito a respeito da melhora a distribuição de renda entre os anos 2001 e 2015, mas quais são as causas? São duas: as rendas do não trabalho, principalmente os programas de transferência de renda e também as rendas do trabalho (remuneração). **Item correto.**

146 (Cespe, TCPA 2016, ACE) Apesar da crise econômica internacional de 2008, o país vem obtendo, desde o início da década de 90 do século passado, valores positivos no que diz respeito ao crescimento real, medido pela variação real do produto interno bruto (PIB).

Segundo série histórica divulgada pelo IBGE, a taxa de crescimento do PIB brasileiro desde 1990 é apresentada na tabela abaixo. A previsão do Banco Central é que o país cresça 1,6% em 2018. O FMI projeta crescimento de 1,8%. Nos anos de 1990, 1992, 2009, 2015 e 2016, o país apresentou crescimento negativo. **Item errado.**

1990	-4,3	2000	4,4	2010	7,5
1991	1,0	2001	1,4	2011	4,0
1992	-0,5	2002	3,1	2012	1,9
1993	4,9	2003	1,1	2013	3,0
1994	5,8	2004	5,8	2014	0,5
1995	4,2	2005	3,2	2015	-3,8
1996	2,2	2006	4,0	2016	-3,6
1997	3,4	2007	6,1	2017	1,0
1998	0,3	2008	5,1	2018	1,6 (Bacen)
1999	0,5	2009	-0,1		1,8 (FMI)

147 (Cespe, MS, Economista, 2010) No Brasil, a desigualdade espacial de renda e de crescimento econômico tem acompanhado a evolução histórica do país desde os tempos coloniais.

Celso Furtado, no capítulo 7 da obra *Formação Econômica do Brasil*, apontava a concentração de renda observada na economia açucareira colonial:

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada nas mãos da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque, apenas uma parte ínfima (não superior a cinco por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento (...). Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenho e de plantações de cana.



Mesmo a abolição do trabalho escravo, conforme Furtado, não logrou modificações significativas na distribuição de renda. Na economia do café, o autor mostrou que a tendência à concentração de renda permaneceu, pois as melhorias de produtividade, quando ocorriam, eram retidas pelo empresário, não havendo estímulos para transferência de ganhos aos assalariados. Nos períodos de crise, as perdas eram repassadas à grande massa consumidora através da desvalorização cambial (*socialização das perdas*).

A industrialização brasileira ganha impulso na década de 1930, e concentrou-se principalmente na região sudeste, polo dinâmico da economia agroexportadora cafeeira. Haverá concentração de renda durante todo o processo de industrialização por substituição de importações, com particular intensidade após os anos 1950. O processo seguirá mesmo nos anos de grande crescimento econômico (milagre econômico e anos 1970), sendo que o ano com pior distribuição da história será 1989. Apenas nos anos 2000 que o índice de Gini registrará queda sistemática. **Item correto.**

148 (Cespe, MS, Economista, 2010) O IDH é composto por três aspectos principais: a renda, calculada a partir do PIB corrigido pela paridade do poder de compra *per capita*, a longevidade, calculada pela expectativa de vida ao nascer; e a educação, calculada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.



Exatamente. E estes três componentes do IDH refletem as diferentes facetas do desenvolvimento humano. Os três aspectos essenciais são a longevidade ou saúde, a educação e a renda.

Item correto.

149 Em uma situação na qual a política fiscal atua de modo independente, a autoridade monetária é forçada a gerar receita de senhoriagem para equilibrar as contas do governo. Esta é uma situação descrita na literatura como **dominância monetária**. Aqui, a política monetária é ativa e a fiscal, passiva.

A política fiscal e monetária podem se coordenar de duas formas:

1. **Dominância Monetária:** é quando a política monetária domina a política fiscal. Neste caso, a autoridade monetária define a política monetária de forma independente.



Nesta forma de coordenação, a autoridade monetária tem o **controle permanente da inflação**, pois está livre para escolher a taxa de crescimento da base monetária.

A outra forma de coordenação é quando a política fiscal domina a política monetária, chamada de **dominância fiscal**. Ou é quando a **política fiscal** está tão fora de controle que, no limite, neutraliza a ação da **política monetária**. Neste caso, o **aumento de juros pelo Banco Central** pode não apenas desancorar as expectativas de **inflação**, mas até piorá-las.

Se os participantes do mercado percebem a **monetização da dívida como um risco verdadeiro**, as expectativas de inflação tendem a ser conduzidas principalmente pelas considerações fiscais, até porque juros mais altos pioram o resultado fiscal.

Os teóricos da Dominância Fiscal veem a política fiscal como responsável pelo **fracasso** das políticas monetárias contracionistas, quando o resultado é o aumento da inflação.

Os déficits públicos não cobertos por arrecadação e a dívida pública consequente aumentam a inflação, levando a um **aumento das taxas de juros** para seu controle.

Os juros baixos têm a função de controlar o crescimento da dívida e, com ele, um importante componente do gasto público, o serviço da dívida.

Ou seja, dominância fiscal é aquela situação em que **não é possível controlar a inflação**, pois o juro que a controla produz explosão na dívida pública.



Em uma situação de dominância fiscal, a **autoridade fiscal** define os déficits e superávits no presente e no futuro **sem consultar a autoridade monetária**. Assim, determina o montante de receita provinda da venda de títulos e da senhoriagem.

Há uma **tendência** de que o responsável pela política **não mantenha o equilíbrio fiscal**, pois tem a expectativa que o Bacen garantirá os recursos necessários para satisfazer os gastos necessários.

Os prováveis resultados da dominância fiscal são:

- **Aumento do déficit**>> por causa da elevação dos gastos;
- **Aumento da inflação**>> como resultado da emissão monetária pelo Bacen.

Voltando ao texto do item, em uma situação na qual a política fiscal atua de modo independente, a autoridade monetária é forçada a gerar receita de senhoriagem para equilibrar as contas do governo. Esta é uma situação descrita na literatura como dominância **fiscal**. Aqui, a política monetária é **passiva** e a fiscal, **ativa**. **Item errado.**

150 Uma das razões para a resiliência do processo inflacionário entre 2013 e 2014 foi o cenário de dominância fiscal, quando a política monetária perdeu força para combater a inflação.

Segundo estudo do IPEA¹, teria ocorrido dominância fiscal no Brasil nos anos de 2010 e entre 2013 e 2014. A administração de Alexandre Tombini à frente do Banco Central teria sido diretamente responsável pelo mau desempenho da política monetária em seu objetivo de controlar a inflação. A política monetária já vinha apresentando comportamento passivo antes mesmo do cenário de dominância fiscal. **Item correto.**



Parabéns pelo término do Aulão de Macroeconomia II! Foram 150 questões versando sobre vários tópicos do edital! Excelente prova!

Estude com qualidade!

Michelle Miltons

¹ MENDONÇA, M.J.; MOREIRA, T.B.; SACHSIDA, A. **Regras de Políticas Monetária e Fiscal no Brasil: evidências empíricas de dominância monetária e dominância fiscal**. Texto para discussão 2310. Ipea. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7948/1/td_2310.pdf